



MOBRAL

Em busca de novas saídas para a alfabetização

Após cinco anos de atividade, o Mobral procura absorver severas críticas e justificar sua permanência no quadro educacional brasileiro.

Em fins do mês passado, a comissão parlamentar de inquérito criada no Senado para investigar a atuação do Movimento Brasileiro de Alfabetização encerrou inesperadamente sua fase de interrogatórios, às vésperas do depoimento do ministro Mário Henrique Simonsen, ex-presidente do Mobral, que já confirmara sua presença a 6 do corrente. O senador Gilvan Rocha (MDB-SE), presidente da CPI, explicaria o truncamento da série de convocações como "uma manobra estratégica da liderança arenista, diante do emaranhado em que se transformara a investigação, chegando-se a uma situação em que tínhamos sempre a palavra de uma autoridade contra a de outra". A deliberação de parar decorreu da decisão do senador Eurico Rezende, que, dizendo-se satisfeito com as informações até então recolhidas, resolvera dispensar de depoimento todas as pessoas que indicara para serem ouvidas, como o atual ministro da Fazenda. Da Arena, votaria contra apenas o senador João Calmon. Quanto aos es-

clarecimentos esperados de Simonsen, acabou prevalecendo a alternativa de a CPI ouvi-lo por correspondência.

A partir de um discurso do senador João Calmon, a propósito do quinto aniversário do Mobral, a 8 de setembro último, com críticas a um programa de alfabetização de menores de catorze anos, outros viriam, como os dos ex-governadores Luiz Vianna Filho (Bahia) e Paulo Guerra (Pernambuco), ambos da Arena. Na Câmara, soube-se então que o deputado Flexa Ribeiro (Arena-RJ), presidente da Comissão de Educação e Cultura, ex-diretor-geral de Educação da UNESCO e ex-secretário da Educação da Guanabara, possuía dados que desaconselhariam a própria existência do Mobral, divulgados em discurso que receberia apertes de apoio de parlamentares da Arena e do MDB. O Senado, tradicionalmente avesso à criação de comissões de inquérito, não titubeou em constituir rapidamente sua primeira CPI na atual legislatura, com o propósito de investigar a atuação do Mobral.

Em maio de 1973, o então secretário-executivo do Mobral e hoje seu presidente, Arlindo Lopes Corrêa, afirmava na Comissão de Educação e Cultura do Senado: "Creio que, em alguns anos, levaremos o Mobral até a Universidade". Quem sabe pudesse dizer-se que a única repercussão de tal previsão teria sido o aparecimento, nos vidros de automóveis vistos a circular em São Paulo, de uma decalcomania com a inscrição "Mobral", em lugar do nome de alguma faculdade, como se tornou habitual após a chamada democratização do ensino superior. É mais provável, porém, que tudo não passasse de brincadeira, e simples coincidência, no que diz respeito à decalcomania. Eram sérias, porém, e antigas, as críticas que nos bastidores se acumulavam contra o Mobral e a expansão de suas atividades, inclusive nos corredores e gabinetes do próprio Ministério da Educação, onde também não faltavam reparos ao que se considerava um desvirtuamento dos objetivos originais. A frase de Lopes Corrêa significaria, de certa forma, que o Mobral não pretendia abandonar sua política de multiplicação de cursos, após a alfabetização, para acompanhar o acesso escolar do aluno, mesmo até as portas da Universidade.

De repente, desencadeou-se um processo aberto de viviseção do Mobral, num clima de denúncias continuadas em que se destacariam representantes do próprio partido governista.

O deputado Flexa Ribeiro, além do discurso pronunciado na Câmara, prestou depoimento à CPI do Senado, quando disse que, como diretor-geral de Educação da UNESCO, teve a oportunidade de conduzir, a partir de 1967, o programa experimental de alfabetização funcional de adultos executado na Argélia, Equador, Etiópia, Guiné, Índia, Irã, Madagáscar, Mali, Sudão, Tanzânia, Síria e Venezuela. "Meu estado de espírito", afirmou, "era o de uma pessoa que tem em mãos uma experiência sedutora e para ela parti cheio de esperanças e de entusiasmo. Estaria a UNESCO descobrindo a chave da solução para tão grave problema da humanidade?" Depois de lembrar detalhes do programa, concluiu: "Por volta de 1970, sabia-se que menos da metade dos adultos inscritos chegava de fato a se alfabetizar, segundo os padrões exigidos pelos peritos. Dentre os que logravam êxito, acentuava-se, com o passar do tempo, a taxa de regressão ao analfabetismo, que se tornava elevadíssima a partir de dois ou três anos". Esclareceu Flexa Ribeiro que a experiência da UNESCO, por motivos de ordem política, jamais constará dos relatórios oficiais da organização. ➤



Luc Bittor

Nem se dirá, também, que está praticamente extinta sua divisão de alfabetização de adultos.

Na opinião do deputado, cursos de alfabetização de adultos devem ser mantidos como atuação benemerente e altruística. "Ao Estado brasileiro cumpre seguir o preceito constitucional e investir para assegurar a educação compulsória de primeiro grau." E ressaltou: "Existem razões de ordem política, social e econômica para que uma nação procure conferir sentido seletivo aos investimentos que faz no campo educacional, buscando dar prioridade aos de mais alta rentabilidade. Assim procedem os países desenvolvidos e, com mais razão, devem fazer os países em desenvolvimento".

O ministro Ney Braga tem usado de grande cautela no trato da questão. Mas deixa claro que continuará a prestigiar o Mobral em sua "missão temporária" de alfabetizar adultos e dar-lhes assistência contínua através de programas culturais e profissionalizantes. No discurso com que abriu o seminário nacional para avaliação da reforma do ensino, o ministro não se referiu diretamente ao Mobral, porém explicou uma estratégia que, "estancando no nascedouro as fontes de analfabetismo, permitirá dispensar esquemas de ação que se justificam pelo seu caráter de emergência, ante uma situação acumulada durante décadas, mas que deixam de ter razão de ser na medida mesmo em que cumprem sua tarefa".

Os números

Quando o Mobral terá cumprido sua tarefa? Teoricamente, pode-se dizer que, para o Movimento Brasileiro de Alfabetização, o caminho iniciado em 1970 (embora criado pela Lei 5.379, de dezembro de 1967, o Mobral começaria a atuar somente três anos

depois) terá sido inteiramente percorrido quando não houver mais ninguém a alfabetizar "fora de época", ou seja, quando cada brasileiro tiver acesso à escola de primeiro grau na idade adequada e nela permanecer até, pelo menos, o término da fase de alfabetização completa e duradoura.

Desde já, o Mobral procura demonstrar que sua presença e atuação no quadro educacional brasileiro se justificam plenamente, pois, como afirma livrete distribuído por ocasião do quinto aniversário do Movimento, "sem o programa de alfabetização, chegar-se-ia ao final da década com um percentual de analfabetos girando em torno de 28% da população com mais de quinze anos de idade. Entretanto, o atual ritmo do Mobral, já cobrindo efetivamente todo o território nacional, indica que o Brasil alcançará 1980 com aquele índice reduzido a um percentual compreendido entre 5% e 10%, semelhante, portanto, ao das nações mais adiantadas". De 1970 a julho de 1975 alfabetizaram-se 8,2 milhões de pessoas, reduzindo-se a taxa de analfabetismo, no período, de 33,6% para 18,7%.

Sempre com base na última pesquisa nacional por amostra de domicílios, realizada pelo IBGE, o Mobral revela que, nos últimos cinco anos, houve um decréscimo real de 44% no número de analfabetos existentes no país. E acrescenta: "Sem o Mobral, provavelmente só atingiríamos no final da década de 80 os índices relativos alcançados em 1973, 1974 e no primeiro semestre de 1975". Por outro lado, houve redução de 4 milhões no número absoluto de analfabetos, entre 1970 e 1973, "fenômeno que acontece pela primeira vez em nosso país. Na verdade, reduziu-se de 1970 a 1973 o contingente de analfabetos de um quantitativo igual ao

que foi acrescido de 1945 a 1970. E, pelas estimativas do Mobral para 1975 — primeiro semestre, apenas —, ter-se-á diminuído o contingente de analfabetos, em termos absolutos, a nível semelhante ao da década de 30. Em termos relativos, os números são ainda mais significativos, porque a queda de 33,6% em 1970 para os 24,2% obtidos pelo IBGE em 1973 (ou mesmo os 23,8% estimados pelo Mobral) representa, nas duas hipóteses, uma queda superior a nove pontos percentuais. A análise dos números mostra que esses 9% representam, em relação à base de 33,6%, em 1970, um decréscimo real de 28% em apenas três anos. Se avançarmos para o ano de 1975, computando-se somente o primeiro semestre, alcançaremos o índice de 18,7%, com queda de cerca de quinze pontos percentuais, representando, em relação a 1970, um decréscimo real de 44,3% em cinco anos".

Essa a avaliação quantitativa que faltava, segundo o Mobral, para "satisfazer os maiores descrentes". Quanto à avaliação qualitativa, "já havia sido realizada por peritos da UNESCO, culminando por credenciar o Mobral como órgão regional da entidade para treinamento internacional em projetos de alfabetização de adultos".

Até que se chegasse à previsão atual de que em 1980 a taxa de analfabetismo estará compreendida entre 5% e 10%, o Mobral viveria experiências estatísticas reveladoras de fatos não considerados quando de sua criação. Assim, concluiu-se que não bastaria atender aos 12 milhões de analfabetos com mais de quinze anos, meta a ser atingida até o final da década, à base de 2 milhões por ano, em média. Realmente, também a cada doze meses, mais 500 mil menores ingressavam na faixa etária de sua competência, em razão das deficiências do sistema regular de ensino, que impediam o atendimento de todo o contingente destinado à primeira série do primeiro grau. Apurou-se ainda que a essa parcela anual se somariam outros 5 milhões de crianças que, por terem menos de catorze anos, não deveriam ser atendidas pelo Mobral, ainda que já em idade fora do ponto normal de escolarização.

Tais números demonstravam que seria inevitável a existência de um saldo de analfabetos no final da década, não previsto inicialmente. E, em 1980—81, seria possível extinguir o Mobral? A rede oficial de ensino poderia dar conta do fluxo de crianças em idade escolar? Teriam desaparecido as razões de ordem econômica e social que, se não impedem que a criança chegue à escola, provocam altas taxas de repetência e evasão? ➤

Crianças e adultos, um só problema

A descoberta da experiência de alfabetização de menores de catorze anos trouxe à tona uma realidade que o Mobral não pôde ignorar.

O estopim que levaria à constituição da CPI no Senado foi, como se sabe, a descoberta de que o Mobral vinha executando, em alguns Estados, um programa especial, chamado infanto-juvenil: crianças na faixa dos nove aos catorze anos freqüentavam cursos de alfabetização similares aos oferecidos a alunos com quinze anos ou mais, estes dentro da lei.

Depondo na CPI, Arlindo Lopes Corrêa afirmou que, realmente, havia crianças em classes do Mobral, sendo isso do conhecimento geral. Negou, no entanto, que existisse um programa em execução. Admitiu, apenas, que sua implantação, após experiências, fora proposta primeiro ao ex-ministro Jarbas Passarinho e, depois, ao atual, Ney Braga, sem que nenhum dos dois a aprovasse.

Sabe-se hoje que esse programa infanto-juvenil, antes de ser proposto aos ministros, fora testado no Rio Grande do Sul, a partir de 1972, estendendo-se, depois, à Paraíba, Alagoas, Bahia, Amapá, Sergipe e Maranhão. Segundo Lopes Corrêa, o Departamento de Ensino Fundamental do Ministério da Educação acompanhara as "experiências" que, dado

seu êxito, expresso no "interesse generalizado, altos índices de aprovação, etc.", foram transformadas em projeto pelo Mobral. Circular da Gerência Pedagógica do Mobral confirma que o programa infanto-juvenil nasceu de uma "imposição": era preciso dar oportunidade de alfabetização a crianças da faixa etária entre nove e catorze anos que, não sendo absorvidas pelo sistema regular de ensino, após um curso de nove meses no Mobral, ingressariam, ou reingressariam, na terceira série do primeiro grau. Ainda de acordo com a mesma circular, diversos motivos foram constatados para explicar a presença de menores de quinze anos em classes do Mobral, o fato impositivo que justificaria a criação do programa experimental: por exemplo, necessidade de trabalhar; idade defasada para ingresso na primeira série do sistema regular; abandono da escola por repetências sucessivas; regressão nas técnicas de ler e escrever; possibilidade de estudar à noite, no Mobral, na companhia de familiares.

Segundo porta-vozes do Mobral, o programa, que não teria passado da fase experimental, seria plenamente

justificável como um projeto integrado ao sistema regular de ensino. Portanto, não representaria uma ação isolada e precariamente substitutiva do ensino regular e sim, como lembram os mesmos porta-vozes, talvez a "nova medida" preconizada em trabalho apresentado, em maio passado, no VIII Encontro de Secretários de Educação. Concluiu o estudo, efetuado por convênio entre o MEC e a Universidade de Brasília: "Caso não seja introduzida alguma nova medida para corrigir o sistema, mantendo-se a atual tendência observada, o sistema só seria corrigido muito lentamente. Projetando-se essa situação para as diversas séries, a correção se verificaria: da 1.^a/2.^a séries, no ano 2030; da 2.^a/3.^a séries, no ano 2200; da 3.^a/4.^a séries, no ano 2030; da 4.^a/5.^a séries e da 5.^a/6.^a séries, no ano 2080; da 6.^a/7.^a séries, no ano 2040; da 7.^a/8.^a séries, no ano 2030".

Vale a realidade

A professora Clorinda Emília de Sordi, coordenadora do Mobral no Rio Grande do Sul, julga que os ataques que se fazem ao Mobral são fruto de desinformação sobre suas finalidades e atividades. "Muita celeuma foi levantada em torno do fato de o Mobral estar alfabetizando crianças, no programa infanto-juvenil. Acho que a meta principal do Mobral, ou seja, aplicação de recursos na alfabetização de adultos, é um trabalho compensatório. Para as crianças de sete a catorze anos existe a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino. Todas as crianças dessa idade deveriam estar na escola. Mas, entre a minha opinião e a realidade, pode haver uma grande distância. Por que não preencher essa distância com o trabalho do Mobral, levando-o a integrar à sociedade crianças que, por qualquer motivo, tenham deixado de freqüentar a escola? Sabe-se que alguns Estados apresentam quadros de carência no que diz respeito ao número de professores, escolas, plano educacional, etc. Se há lugar, por que não permitir que as crianças freqüentem esses cursos de alfabetização?"

A professora Clorinda adianta que, "felizmente, esse quadro carencial não ocorre no Rio Grande do Sul, onde 93% das crianças em idade escolar têm condições de freqüentar a escola". Nem todas o fazem, porém, por não escaparem a certas "influências negativas", entre as quais se destaca a exercida pelos pais analfabetos. Segundo a professora Clorinda, "a maioria dos pais nessas condições não demonstra muita sensibilidade para estimular os filhos no estudo. Não posso, por isso, desprezar a necessidade de educação e alfabetização de adul-

<p>minha escola fica na Rua Artur Lúcio eu estou no mobral graça a Deus já sei ler e escrever a gradão tudo que recebi da minha professora que é tão boa meu sinto feliz na sala do mobral por que a professora ensina muito bem jamais poderei encontrar uma professora igual a minha</p> <p>Maria José de Brito</p>

tos, porque são eles que influenciam decisões dos filhos”.

Os filhos podem também receber influências positivas dos pais, analfabetos ou não. Podem querer estudar, embora não possam cursar aulas regulares. O coordenador do Mobral no Distrito Federal, professor Marco Antônio de Moraes, cuja jurisdição também abrange o Sudoeste e o Nordeste de Goiás, informa que os postos de sua área têm instruções para receber da melhor maneira todos que os procurem. “Quanto à criança de idade inferior a quinze anos, há instruções

tência da ordem de 51,3% entre os matriculados na primeira série do primeiro grau, por deficiências oriundas de subnutrição e doença, e a presença de 43% de professores leigos, sem nenhuma formação específica, nas quatro primeiras séries do primeiro grau. As observações da professora Maria Telma explicam igualmente, de certa forma, por que há crianças que acabam batendo às portas do Mobral, constituindo aquela população escolar que se transformaria no fato impositivo para a estruturação do programa infanto-juvenil.



para que seja encaminhada às escolas regulares. Acontece, porém, que há crianças que insistem em permanecer no Mobral, por trabalharem durante o dia. Não vemos como expulsá-las de uma sala de aula.”

Um exemplo nacional

Em Belo Horizonte, a presidente da Associação de Professores Primários de Minas Gerais, Maria Telma Lopes Cançado, faz várias críticas ao Mobral. Diz ter sérias restrições quanto à alfabetização de adultos em curto espaço de tempo, “através de métodos de eficiência duvidosa, por pessoas não qualificadas”. Observa que, “infelizmente, não se fez até o momento nenhuma avaliação correta do sistema, talvez mesmo para não comprometer o Mobral em caráter definitivo”. Observa, por outro lado, que a própria realidade brasileira no setor do ensino inspirou o aparecimento do Mobral e deverá fazê-lo crescer sempre mais, com um número cada vez maior de alunos, em função de omissões e distorções que identifica em Minas, mas que podem ser projetadas em diversas áreas do país. Cita, então, no caso de Minas, a ausência das escolas, por falta de vagas, de 600 mil crianças na faixa etária compreendida entre sete e catorze anos; evasão e índice de repe-

De resto, ainda que falte melhor avaliação da eficiência do Movimento Brasileiro de Alfabetização, parece claro que as razões que levam à repetência e evasão no ensino regular também estão presentes nas classes de adultos. A coordenadora de Minas Gerais, Nilda Caporali Cordeiro, acha que “a validade do Mobral se afigura inquestionável, representando, de um lado, vitoriosa experiência pedagógica e, de outro, notável instrumento reparador de marginalizações”. Refuta as acusações de ineficiência ou de baixo rendimento dos programas do Mobral, observando que, “comparada a nossa produtividade na alfabetização, que é estimada entre 30% e 35%, com a produtividade da primeira série do ensino fundamental, que gira em torno de 50%, o resultado é satisfatório. Isso porque temos que levar em conta fatores intervenientes no processo ensino—aprendizagem: cansaço e alimentação deficiente dos alunos, horário útil reduzido, obstáculos à assiduidade, alfabetizador variando do ótimo ao sofrível, etc. O rendimento dos programas do Mobral, dessa forma, não é baixo nem alto, e, sim, o realisticamente possível”.

No Recife, a professora Zulmira de Carvalho, coordenadora estadual do Mobral, afirma que, em algumas áreas, é absoluta a falta de pessoal

qualificado para servir como alfabetizador. Para suprir tal deficiência, a coordenadora vem treinando alfabetizadores que não possuem sequer o primeiro grau completo. Frequentemente, os alfabetizadores desistem de exercer tal função. Em Socorro, no Grande Recife, vários ex-alunos do Mobral queixam-se de terem sido forçados a abandonar o curso porque a “professora” mudou de residência e “ninguém tomou interesse de arranjar outra”, como diz o servente José Martinho da Silva, que, em três meses de Mobral, aprendeu apenas a assinar o nome.

(“Quando vejo alguém lendo, fico muito triste comigo. Já chorei muito por causa disso e tenho sentimento porque meu pai não me deixou estudar, mas também sei que não foi culpa dele; ele precisava dos filhos na roça.” Carolina do Nascimento, 46 anos, empregada doméstica, ficou um ano no Mobral e não aprendeu nada. “A memória e os problemas de todo dia não ajudam”, diz ela, “além da má vontade de algumas professoras.”)

A regressão de alfabetizados, segundo a coordenadora mineira, não é um fenômeno exclusivo do Mobral, pois ocorre com os egressos de qualquer curso e não se apresenta como irreversível. Lembra que, para reduzir-lhe os efeitos, o Mobral criou, em 1971, o Programa de Educação Integrada (mais doze meses, além dos cinco de simples alfabetização) e, posteriormente, os programas cultural e profissionalizante. O coordenador do Distrito Federal diz que, “quanto à falada regressão, o termo é inadequado. A regressão é a volta ao nada e, portanto, ela não existe no Mobral. Há, naturalmente, o desuso, que nos atinge a todos, e há naturalmente os que, diplomando-se no Mobral em idade já avançada, não terão tempo para usufruir uma vida melhor, que a alfabetização lhes proporcionaria. A grande maioria dos alunos, porém, vai para a frente”.

(“Agora não preciso mais pedir para alguém preencher as fichas para mim. Como já sei ler e escrever, posso fazer isso sozinho.” Geraldo Pereira, cinquenta anos, lavador de carros e entregador de jornais, acha que “saber ler e escrever é maravilhoso”, mas também diz: “Comecei faz dois anos e foi muito tarde. Na minha idade, não adianta mais estudar, porque não há mais chance nenhuma pra mim. Tenho de me conformar com o salário atual (cerca de 1.000 cruzeiros) e viver como posso.”)

O coordenador do Distrito Federal entende que o Mobral é o investimento educacional de resposta mais rápida, com rendimento plenamente sa-

tisfatório. Admite que essa é uma constatação empírica, "praticamente testemunhal", mas "já está a caminho de comprovar-se tecnicamente, através de pesquisa iniciada em julho passado". Desde então, cada diplomado recebe dois cartões-resposta, que se compromete a preencher e a devolver pelo correio, sem ônus, ao fim dos dois semestres que se seguem à sua diplomação. Segundo o coordenador do DF, as perguntas são poucas e simples, mas as respostas darão ao Mobral uma avaliação exata, por amostragem, do rendimento cultural e profissional usufruído por seu ex-aluno.

Em São Paulo, o coordenador Luiz Tomazzi lembra que, "quando se fala em regressão num conjunto de países (referia-se às informações fornecidas à CPI do Senado pelo deputado Flexa Ribeiro), nunca se inclui o Brasil". E explica: "Mesmo porque ninguém tem dados a respeito". Sobre evasão, existem números. Em São Paulo, a média de cinco anos alcançou cerca de 23,2% em 1974, segundo Tomazzi, contra 22,9% em 1973, 19,3% em 1972, 9,5% em 1971. O aumento da porcentagem seria explicado pelo esgotamento gradativo do número de analfabetos de mais fácil mobilização, nos centros urbanos. "Agora", afirma Tomazzi, "estuda-se a utilização de rádio e televisão para atingir mais rapidamente a população analfabeta das zonas rurais. Em São Paulo, já não há cidade com taxa de analfabetismo superior a 10%." Escolhido para a experiência pioneira dos postos de emprego, São Paulo tem agências do gênero em dezoito municípios. Ali, o aluno formado pelo Mobral em seu programa de profissionalização, realizado em convênios com o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra, Senac, Senai e outros órgãos, recebe toda a orientação para obter colocação à altura de sua nova qualificação.

Tomazzi informa que, em Piracicaba, recentemente, duzentos tratoristas foram formados em cursos realizados em convênio com a Escola de Agricultura Luiz de Queiroz "e agora ganham até três ou quatro vezes o salário anterior". O coordenador de São Paulo não vê outra forma de integrar na comunidade o marginalizado social. Na mesma ordem de idéias, lembra que, através da mobilização comunitária, liderada pela comissão municipal, célula do Mobral em todo o país, se desenvolve todo um trabalho de soma de esforços individuais, que termina levando a resultados como aqueles alcançados com os duzentos novos tratoristas. Em Porto Alegre, a professora Clorinda afirma que "o trabalho do Mobral dignifica a ambos, alfabeti-

zador e aluno. Eis por que atribuo os ataques à má informação de certas pessoas. O Mobral é uma instituição de espírito universal e não há dentro dele lugar para discriminações de idade, sexo, raça ou até mesmo política".

A professora Ruth Vargas, residente na capital gaúcha, lamenta trazer a público uma "situação humilhante, desumana e hipócrita criada pela direção administrativa do Mobral". Seu relato: "Em 1972, eu era responsável por uma classe do programa infanto-juvenil. Sentia-me entusiasmada, apesar da insignificância do salário de



Alice Hattori

Carolina ficou um ano no Mobral e voltou às panelas.

100 cruzeiros. Procurei aprimorar-me através dos cursos de treinamento intensivo mantidos pelo Mobral para seus monitores. No ano seguinte, porém, fui afastada de minha sala de aulas, sob a alegação de que seria preciso dar oportunidade a outra monitora. Procurei, então, Maria Lopes Bernardes, residente na Rua Ângelo Barcelos, e ela cedeu-me uma sala, em sua casa, para os trabalhos de alfabetização. Era uma sala muito espaçosa, onde eu poderia atender os excedentes da Vila Vargas, uma favela existente nas imediações e que não estava sendo atendida pelos postos do Mobral. Procurei o Mobral, que aceitou a sala, mas designou outra monitora para a função. Mais tarde, fiquei sabendo que meu afastamento se prendia ao fato de eu exercer ativa militância política no partido da oposição".

Fazendo severas críticas ao Mobral, cuja metodologia classifica de "inefi-

ciente e inescrupulosa, pois visa apenas a apresentar serviço", o vereador Glênio Peres, de Porto Alegre, que enviou à CPI do Senado provas de que o programa infanto-juvenil era aplicado no Rio Grande do Sul, garante que a Câmara de sua cidade não mais votará verbas para esse fim.

Caminhos perigosos

Em Belo Horizonte, o deputado Emílio Haddad, líder oposicionista na Assembléia Legislativa, também faz restrições ao Mobral, por entender que seus recursos seriam melhor aplicados nos programas de ensino fundamental e profissionalizante, como recomenda a reforma proposta há quatro anos pelo Governo Federal. Mas também acha que "a polêmica em torno do problema está tomando caminhos perigosos". Vê "políticos preteridos pela elevação do nível de politização insurgindo-se e fazendo pressão contra o Mobral, porque, na medida em que o eleitor se emancipa pela alfabetização, vai escapando, também, ao controle do 'coronelismo' e votando com mais consciência. Muita gente não gosta disso".

(Augusta dos Santos Diniz, viúva, 53 anos, empregada doméstica, diz que sua maior aspiração é obter o título de eleitor. Terminou o curso inicial do Mobral e agora frequenta o segundo ano do primeiro grau, através do Projeto Minerva. Ela sonhava, antes de pensar em votar, "com a hora de poder ler uma receita e fazer uma comidinha diferente".)

O deputado estadual Sylo Costa, da Arena de Minas, acha que "é necessário apagar a impressão de que o Mobral só existe para fabricar eleitores, o que não deixa de ter alguma correspondência com a realidade, pois matrícula e frequência aos cursos de alfabetização são maiores nas épocas eleitorais". De qualquer forma, considera o Mobral "um grande esforço para erradicar a praga do analfabetismo no país. Caberia às autoridades corrigir-lhe as distorções e adequá-lo à realidade brasileira".

Certamente, essa procura de ajustamento implicaria a discussão de várias questões que poderiam encadear-se àquelas já tratadas mais amplamente perante a CPI. Por exemplo, a recente criação do Programa Diversificado de Ação Comunitária, através do qual o Mobral estenderia a todos os municípios brasileiros um esforço de mobilização das comunidades nas áreas de educação, saúde, saneamento, promoção profissional, nutrição, habitação, atividades de produção, conservação da natureza, esportes e pesquisas não especificadas no livrete comemorativo dos cinco anos do Movimento Brasileiro de Alfabetização. ●